



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 570254 - PE (2020/0078791-8)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JUNIOR**  
**ADVOGADO : MARCELO CORDEIRO DE BARROS JUNIOR - PE025332**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : ENDRIGO ALVES PESSOA (PRESO)**  
**CORRÉU : ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS**  
**CORRÉU : RENATO VINICIOS GONCALVES DA SILVA**  
**CORRÉU : ALEXANDRE AUGUSTO PARDAL**  
**CORRÉU : JOAQUIM DIAS DE MELO NETO**  
**CORRÉU : GENIVAL DE LIMA SILVA**  
**CORRÉU : REGIVALDO BISPO QUEIROZ**  
**CORRÉU : DAMIAO SABINO DE ALMEIDA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ENDRIGO ALVES PESSOA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (HC n. 0000416-63.2018.8.17.0300).

Segundo consta dos autos, a prisão preventiva do paciente foi decretada em **28/9/2018** (e-STJ fls. 75/82), estando efetivamente preso desde **11/1/2020** (e-STJ fl. 98), denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 157 § 2º, II e § 2º - A, I do Código Penal Brasileiro c/c § 1º do art. 1º da Lei n. 12.850/2013 (e-STJ fls. 62/70).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência de contemporaneidade dos delitos imputados, constrangimento ilegal ante o excesso de prazo e atributos que colocam o paciente como grupo de risco em relação à pandemia do coronavírus. A liminar, contudo, foi indeferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (e-STJ fls. 98/99).

Na presente oportunidade, de início, sintetiza suas alegações (e-STJ fl. 3):

*DA RESPONSABILIDADE NA PREVENÇÃO AO CORONAVÍRUS -COVID-19-NOVA RELEITURA EM RELAÇÃO À EXCEPCIONALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR*  
*PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM HIPÓTESE NÃO AUTORIZADA EM LEI –AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 312 E 313, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL;*  
*ABSOLUTA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE–SUPOSTOS FATOS*

*CESSARAM EM 2018;  
AUSÊNCIA DE ANÁLISE SOBRE A VIABILIDADE DAS MEDIDAS DO  
319, CPP;  
ATO COATOR DO TJPEQUE CHANCELA O CONSTRANGIMENTO  
ILEGAL AO QUAL O PACIENTE FOI SUBMETIDO PELAVARA ÚNICA DE  
BOM CONSELHO  
FLAGRANTE VIOLAÇÃO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO  
POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SUMULA 691*

Alega ausência dos requisitos necessários para a prisão preventiva do paciente, uma vez que "[n]o início do decreto de prisão, o Juízo de 1º grau assume, veladamente, que não há contemporaneidade no perigo que utiliza para funda-manter a medida cautelar". Afirma Suas linhas explicitam que o critério principal para decretação da prisão preventiva é, principalmente, a gravidade abstrata do crime" (e-STJ fl. 13).

Afirma não haver o periculum libertatis, e que "[e]ssa assertiva é reforçada pelo fato de o decreto de prisão ter sido assinado no dia 28/09/2018, sendo cumprido apenas em 11/01/2020, mais de 1 ano e três meses depois." Sustenta não haver "notícia de qualquer prática criminosa por parte do Paciente no lapso temporal entre a ordem e prisão e seu efetivo cumprimento" (e-STJ fl. 21). Argumenta que "[a] injustificável delonga no início da instrução criminal deu-se sem que o paciente tenha dado causa à mora" (e-STJ fl. 22).

Ressalta que o paciente "[é] primário, tem residência fixa (Rua Falkenberg, nº 350 – bairro Jd Comercial – CEP 05885240 – São Paulo-SP) e profissão lícita (Taxista)" (e-STJ fl. 17). Além disso, é "portador de asma e faz parte do grupo de risco do Coronavírus, conforme recomendação n. 62 de 17 de março de 2020" (e-STJ fl. 33), sendo, portanto, o caso de aplicação das medidas cautelares para o caso (e-STJ fl. 31).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a concessão de ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, expedindo-se o alvará de soltura, tudo com superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal (e-STJ fls. 33/34).

É o relatório, **decido**.

Preliminarmente, observa-se que o presente habeas corpus é mera reiteração do HC 569.771/PE, porquanto apresenta as mesmas partes, pedido, causa de pedir e foi impetrado contra o mesmo ato coator - decisão liminar proferida no plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Com efeito, "[r]ela-se manifestamente incabível o habeas corpus que veicula pedido idêntico ao formulado em pleito anterior, que tramita nesta Corte." (AgRg no HC

182.216/MS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 03/11/2010)

Porém, repito que o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual “não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar”.

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Colhe-se do decreto de prisão temporária, de 25/7/2018 (e-STJ fl. 71):

*Trata-se, segundo as investigações, de organização criminosa que como propósito a prática de furtos/roubos contra instituições bancárias. Nesse sentido, com a finalidade de realizar um roubo contra uma empresa de segurança de valores do Estado da Paraíba, os investigados, diante da necessidade de antariar capital, decidiram por realizar o assalto à vítima Adelmo Gomes Leite da Silva, nesta cidade de Bom Conselho.*

A denúncia foi recebida no dia 28/9/2018 e na oportunidade foi decretada a prisão preventiva dos investigados, entre eles o ora paciente, merecendo destaque o seguinte trecho (e-STJ fl. 76):

*Além dos crimes narrados na denúncia, há notícias de que os acusados atuam na prática de assaltos a banco.*

*Curial destacar que antes mesmo do dia dos fatos, os acusados estavam sendo monitorados pela Polícia Federal, por intermédio da Operação Velame, visto que haviam indícios de que estariam agindo em conjunto para a prática de crimes contra o patrimônio na modalidade assalto a bancos, existindo divisão de tarefas bem definidas entre os acusados, o que deverá ser objeto de prova quando da instrução criminal.*

Levando em conta o contexto dos autos, o Relator da ação originária indeferiu a liminar, aduzindo o seguinte (e-SJT fls. 98/99):

*Embora haja a recomendação do CNJ com vistas ao combate do coronavírus, o ora paciente foi preso no dia 11/01 do corrente ano, porém, sua prisão preventiva foi decretada em 28/09/2018. Diz o MM Juiz na decisão segregatória que o paciente faz parte de uma quadrilha de roubo a bancos, sendo o responsável por financiar as ações delitivas, portanto, de elevada importância dentro do grupo.*

*É imperioso que o Estado-Juiz procure estancar a prática delitiva, ainda mais quando se trata de crimes de alta ofensividade, como é o caso do*

***presente feito.***

*A ostentação de atributos pessoais do paciente não elide a possibilidade de prisão cautelar à inteligência da súmula 86 desta Corte.*

*Quanto ao excesso de prazo, o paciente foi preso no começo deste ano, não se configurando ainda a aventada ilegalidade. É que o excesso prazal não se configura pela mera operação matemática, mas considerando as circunstâncias do caso concreto à luz do princípio da razoabilidade.*

*Portanto, não vejo, ao menos em exame perfunctório, a plausibilidade jurídica do pedido a autorizar a concessão da pretensão deduzida em sede de cognição sumária.*

*Sendo assim, indefiro o pedido liminar.*

Com efeito, "[é] idônea a fundamentação jurídica apresentada para justificar a manutenção da prisão preventiva, já que lastreada em circunstâncias concretas e relevantes para resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada pelas circunstâncias em que o delito fora praticado." (HC n. 124.994, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 09/12/2014, publicado em 18/12/2014).

Assim, como visto, a questão posta em exame demanda averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, no momento adequado. Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator